

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP

COMUNICADO - COMAS-SP Nº 159/2018

Publicado no DOC em 16/05/2018 – Pág. 67 – Não substitui a publicação oficial

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI Nº12.524 DE 01.12.1997, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº38.877 DE 21.12.1999; E, COM AS DISPOSIÇÕES DE SEU REGIMENTO INTERNO, TORNA PÚBLICA A ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 27 DE MARÇO DE 2018.

FERNANDA CAMPANA

VICE-PRESIDENTE

COMAS-SP

Ata nº05/2018 da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo de 27 de Março de 2018.

Iniciada a reunião em segunda chamada, às 13:30 hs. na sede do COMAS/SP, compondo a mesa de deliberação os seguintes conselheiros: Carlos Henrique de Aquino; Écio da Almeida; Darlene Terzi dos Anjos Afonso; Fernanda Campana; Ricardo de Lima; Carlos Nambu; Luís Fernando Francisquini; Maria Aparecida de Laia; Vitor Di Francesco; Hélio de Oliveira; Jabs Cres Maia Santos; Rochely Agar Di Gesu. O Sr. Presidente inicia a reunião solicitando a inclusão de pauta sobre esclarecimentos da Comissão Eleitoral. A Vice Presidenta Fernanda, Presidente da Comissão Eleitoral, reitera que essas dúvidas devem ser encaminhadas por escrito à Comissão, e que serão respondidas da mesma maneira. Segue-se uma discussão sobre a legitimidade da inclusão de tal assunto, e a Presidenta da Comissão alega que, a mesma não está completa na plenária e acha que não está correto, o esclarecimento neste momento, pois deve vir de um consenso da Comissão. Conselheiro Carlos Nambu, membro da comissão, sugere que se façam as perguntas e que se puderem ser respondidas, a título de informe, sobre questões já publicadas. Outras, se houverem, que não se enquadrem, sejam então encaminhadas por escrito à Comissão. Depois de manifestações dos conselheiros, fica consensuada a inclusão no final da pauta com item “ Informes da Comissão Eleitoral”, segue-se com a incorporação da Conselheira da SME na Comissão do Bolsa Família. Passou-se a leitura do relato do CDA. E-mail do MPE informando arquivamento da representação feita pela CFO, relativa à ausência de apresentação dos Planos e Orçamento ao COMAS. Informa que, foram feitas diligências e que não surtiram o efeito desejado, e foi solicitada a presença do Conselheiro para subsidiar o processo. Decorrido o prazo legal, e não havendo manifestação do Conselheiro, a representação foi arquivada e que seja feito recurso, caso o Coordenador ache pertinente. A documentação foi entregue ao mesmo. Informa sobre convite para Audiência Pública, dia 08 de Maio pp., sobre mudanças solicitadas pelo mesmo à resolução 03/COMAS/CMDCA. Deve-se indicar Conselheiro para tal. Conselheiro Ricardo afirma que o indicado deve ter conhecimento sobre o assunto. Conselheiro Carlos Nambu diz que devemos fazer a discussão, pois ainda há tempo para tal. Conselheira Darlene faz esclarecimentos sobre como estão as discussões, e faz um breve relato de como foi a reunião com o CMDCA e que, o MPE solicita a exclusão de 03 parágrafos, o que não há concordância com o CMDCA, que afirmou que tem uma decisão de plenária, onde devem ser excluídos mais parágrafos. Na reunião foi consensuado que tanto CMDCA, quanto SMADS, estariam enviando documentos para este Conselho, afim de subsidiar a discussão, o que não ocorreu até o momento. Fica deliberado que a CPP deva fazer uma discussão e traga ao plenário antes da Audiência. Ofício 974/18 do MPE solicita parecer sobre “Família Acolhedora”. Presidente informa que a minuta foi enviada ao COMAS em fevereiro pp e que está na CPP aguardando avaliação. Em seguida passou-se a informes gerais que já foram enviados por e-mail aos Conselheiros. Informa que chegou a resposta de SMADS sobre o serviço CRECI, solicitada pela CPP, e foi encaminhada

a mesma. Informado também o aceite às dilações de prazo solicitadas ao MPE. Reunião com o Conselho Nacional de Direitos Humanos sobre as ações efetuadas na Cracolândia, e visitas aos Centro de Acolhida II (CTAs) recentemente inaugurados. Conselheiro Carlos Aquino informa que houveram questionamentos sobre a forma de encaminhamentos dos usuários aos serviços que substituíram os hotéis Sociais. Sobre a normatização do serviço SPVV, estamos aguardando a minuta de SMADS. Decreto 5792, Comissão de Enfrentamento a Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a representação é do Conselheiro Ricardo, que solicita sua retirada. Ficam indicados os Conselheiros Hélio e Natália Cristina Sales. Sobre a desocupação do Hotel Dom Pedro, não há encaminhamento. Passou-se ao relato da CPP. Foi feita discussão em relação ao fluxo referente a aprovação do Plano de Gestão do aporte federal de R\$ 12.900,00 (Doze milhões e novecentos mil reais). Que acabou não sendo cumprido, porque não passou pelo CDA. Foi esclarecido que, o novo plano com as adequações, solicitadas no dia 22, não foi lido no CDA porque não havia tempo para ser encaminhado, pois havia um prazo a ser cumprido, mas estava no Conselho, cumprindo assim o que foi acordado na CPP do dia 22. Conselheira Gírlândia coloca que acha que se abre um precedente em não se cumprindo o fluxo estabelecido. Conselheira Darlene coloca que, excepcionalmente, houve essa mudança, devido ao prazo estipulado no cronograma, que se iniciaria em Abril pp, e prorrogar acarretaria mais atrasos. Além disso, a Conselheira é a Coordenadora da Comissão e não colocou óbice na data, em relação ao procedimento em questão. Foi projetada a última versão do Plano de Gestão, para apreciação da plenária. Foram feitos os esclarecimentos e colocados os pontos que foram solicitados pela CPP para adequação. Conselheiro Ricardo entende que foram sanadas as questões pendentes solicitadas. Presidente Francisquini pede esclarecimento sobre, se a prestação de contas trimestral solicitada, seria para o COMAS, no que é esclarecido que sim. Pede que seja especificado no plano. Vice Presidenta Fernanda questiona o critério do valor destinado a manutenção, no que é esclarecida que foi um levantamento feito pela equipe de engenharia de SMADS. Afirma que na sua opinião, deveria ter um maior recurso para outros itens do plano, no que é informada que existe um item dentro da verba mensal destinado a estes itens, como enxoval e material de higiene, que esta seria uma proposta de aporte. Conselheiro Carlos Aquino coloca que muitos serviços estão com dificuldades de adquirir tais itens, devido a verba defasada e que também tem dúvida nos valores de manutenção em relação à cada serviço., Andréa, de SMADS ressalta que, na penúltima reunião da CPP, dia 15 pp, estiveram presentes dois engenheiros de SMADS e não houveram estes questionamentos. O Presidente Francisquini reforça que tais valores são estipulados pela equipe de manutenção da Secretaria. Em seguida, como não há consenso, inicia-se a votação nominal, sendo a seguinte; Carlos Aquino: sim; Hélio: sim; Darlene: sim; Fernanda: abstenção; Ricardo: abstenção; Carlos Nambu: sim; Francisquini: sim; Maria Aparecida: sim; Maria Sílvia: sim; Vitor: sim; Jabs: sim; Hélio: sim; Rochely: sim, totalizando onze votos pela aprovação e duas abstenções. Conselheira Fernanda justifica sua abstenção, porque considera que o COMAS não participou da confecção do Plano, e que considera a verba aproximada e não fixa. Conselheiro Ricardo justifica que se abstém porque não tem parâmetro para avaliar se os valores da reforma são reais. Ressalta também que tem por convicção que as reformas deveriam ser feitas em todos os serviços, no que é esclarecido que não pode ser feito em prédios particulares, somente nos que pertencem ao erário público, por ser verba pública. Em seguida, informa-se que, devido a não haverem chegado respostas de SMADS sobre questionamentos feitos pela comissão, a CPP tem muitos assuntos pendentes, incluindo a questão do quadro de RH dos novos serviços de CAII. Presidente Francisquini informa que realmente foi encaminhado ofício de questionamento, mas ainda não foi respondido. Foi reiterado pelos membros da CPP que, se é um CAII, deve ser respeitado o quadro de RH proposto na Portaria 46 para tal serviço, ou então, se for diferenciado, deve ser normatizado como tal. Conselheira Gírlândia questiona sobre, por exemplo um CTA que tem 163 pessoas para um técnico Assistente Social e o Psicólogo, com 400 pessoas. Passou-se então ao relato da CRI. Cancelamento de Inscrição de Serviço Centro Dia do Idoso “Dom Fernando Legal”, da SEPAS. Indeferidos processos de Inscrição de Entidades: 388/12; 656/12; 668/12; 1071/13; 1106/13; 1182/14; 1372/16; 1380/16; 1417/16;

1418/16; 1430/17; 1112/13; e deferidos 1339/15; 1459/17; 1463/17. Alteração de endereço 529/12 e foi reencaminhada a comissão processo 046/11 por ter seu conteúdo confuso. Conselheiro Écio aproveita para ressaltar a dificuldade dos Conselheiros da Comissão para a confecção dos relatos manualmente, e sugere que seja disponibilizada estrutura para digitação. O Presidente informa que o CDA definiu que serão avisados os Conselheiros que estão devendo as atas, e que os mesmos terão o prazo até 30 de Abril pp. para entregar as atas pendentes. Após este prazo eles serão notificados via DOC. Conselheira Maria Silvia informa que estará em período de férias de 02 a 12 de Abril pp., justificando assim suas possíveis ausências no período. A CPP informa que devido ao Ponto facultativo decretado, dia 29 de Março, a reunião aberta da comissão sobre CRECI que seria nesta data, fica adiada para dia 02 de Abril, no mesmo local. Sobre a pauta incluída, é solicitado pelo Sr. Ked esclarecimentos sobre o edital 05, de 24 de março pp. Diz que faltam muitos nomes e que discorda, pois, a publicação torna inaptos todos os usuários que não cumpriram o item 09 do edital, mas que o mesmo se refere a "Movimentos de Usuários e não a Usuários individuais. Conselheiro Carlos Nambu esclarece que faltaram nomes e que será feita uma republicação da listagem com um novo prazo para recursos. Que tivemos 4.700 inscrições e que o processo de apreciação foi bastante trabalhoso, por isso, sim, tem erros. Em relação ao item 09, esclarece que não há necessidade de reconhecimento de firma, devido á uma Lei Federal. Solicita que os inabilitados sejam incluídos numa lista única e seja encaminhado para reconsideração. Informa também que todos os procedimentos da Comissão estão sendo acompanhados pelo MPE. Abre-se a palavra ao Sr. José França que solicita autorização para divulgar o curso "Educação em Direitos", na Defensoria Pública. Questiona que SMADS deveria fazer essa capacitação, mas ela não ocorre. Informa que existe proposta de continuidade do curso, e para tal, fez solicitação de verba ao FMAS. Fala também sobre como está sendo feita a fiscalização da Verba Pública, nos projetos e que seria uma das atribuições do COMAS, no que é informado que, devido ao número reduzido de conselheiros em relação ao montante de projetos, não conseguimos ser pró ativos, fazendo apenas este trabalho, quando somos acionados por denúncia. Indaga sobre a denúncia que fez na plenária anterior, sobre o procedimento da Assistente Social do Núcleo Restaura-me, onde é atendido, e que mantém dois usuários restritos há dois anos. Questiona também sobre atividades e Plano de trabalho, que desconhece. Presidente Francisquini informa que instaurou procedimento junto a SMADS para investigação do procedimento da Assistente Social. Propõe também que seja criada uma Comissão para fazer visita ao local em 03 de Abril, pp. no período da manhã. Fica instituída a Comissão composta pelos conselheiros Jabs, Ricardo e Carlos Aquino. Raquel, convidada também denuncia que CTA Anhangabaú, gestão da OSC Ass. Nossa Senhora das Graças, no mês de sua inauguração era um modelo de atendimento, mas agora há escassez de tudo, materiais de higiene e outros itens, atraso no pagamento do salário e VT dos funcionários, diferença da alimentação, elencada nas NF em relação ao que chega de verdade, além da baixa qualidade, e problemas estruturais. Informa também que é a mesma OSC que administra o CAII Prates III e CAII Zachy Nacchi. Afirma que enviou e-mail ao CREAS POP Bela Vista, mas não houve resposta. A plenária resolve então incluir esses outros serviços no roteiro da Comissão instituída. A reunião foi, então, encerrada às 18.50 hs, presidida pelo Presidente Francisquini e foi relatada por mim Darlene Terzi dos Anjos Afonso que após sua aprovação será publicada em DOC.